

Miniprefeituras

Uma solução comunitária em Brasília

Dorgil Marinho
da "Editoria de Cidade
do Jornal de Brasília"

Brasília presenciou, há cinco anos, o surgimento de associações de moradores que se autodenominaram miniprefeituras. Objetivo principal: dotar os locais de um órgão de representação que levasse, organizadamente, ao Governo do Distrito Federal, suas reivindicações, e proporcionar uma integração maior da comunidade da quadra ou setor.

Começando na SQS 303, a proposta chegou à cidade-satélite de Taguatinga, onde recebeu conotações próprias, a partir da diferença de motivação, da perspectiva e da forma de conduzir as reivindicações. Principalmente na miniprefeitura do Setor M-Norte, onde as reivindicações eram feitas em uma linha de pressão, o que levou o GDF a conduzir uma política, através da Fundação de Serviço Social, de desestímulo ao surgimento de novas prefeituras nas cidades-satélites.

Outra diferença características entre as do Plano Piloto e a da M-Norte em Taguatinga, era que esta última utilizava o dinheiro que arrecadava em promoções na luta reivindicatória, ao passo que as primeiras, que mantêm um sistema de mensalidades entre os asso-

ciados, utilizam parte da arrecadação na feitura de melhorias, muitas vezes cumprindo um papel de responsabilidade de órgãos do governo.

Mas mesmo no Plano Piloto, alguns prefeitos acham que o governo, de fato, desestimulou as miniprefeituras.

Para Cleusa Fonseca, prefeita, há três anos da SQS 303, e Luiz Carlos Rosane, prefeito da SQS 204, a segunda miniprefeitura em Brasília, o desestímulo é consequente ao tratamento dispensado às miniprefeituras pelo Governo do Distrito Federal, que se constitui num dos fatores que mais fortemente têm levado a uma decadência na atuação das miniprefeituras, com muitas delas já desativadas e algumas iniciativas pararem no meio do caminho.

Ressaltando que sempre são recebidos muito cordialmente pelas autoridades, Luiz Carlos Rosane questiona aquela que tem sido a frase mais repetidas nos órgãos do GDF: "Realmente, é muito bonito, mas, não temos verbas". Para Rosane, ter ouvido em 1978 que o Governo não poderia construir — por falta de verba — a sede da miniprefeitura de sua quadra, em local já estabelecido pelo plano diretor de Brasília, e com projeto desenvolvido por iniciativa dos próprios moradores, é compre-

sível. Mas dizer a mesma coisa nos anos subsequentes, quando teve oportunidade de incluir no orçamento a verba necessária para a consecução deste tipo de projeto, que é básico, em se tratando de miniprefeituras, a coisa muda de figura.

Das miniprefeituras que Rosane disse ter um dia sabido da existência, em torno de 9 ou 10, só tem ouvido falar de apenas três funcionando: a do Lago Norte, a sua própria e a da SQS 203. Funcionando, mas sem muita participação da comunidade que abrangem. Cleusa Fonseca confirma a falta de participação na sua quadra também.

A julgar pelo posicionamento de seus prefeitos, os moradores das quadras 204 e 303 Sul do Plano Piloto preocupam-se, além do melhoramento das condições materiais da quadra e de um inter-relacionamento pessoal da comunidade, com a possibilidade da miniprefeitura trazer outros benefícios, como a valorização do imóvel em que vivem e a preocupação de dotar o Plano Piloto, visto por eles como o cartão de visitas de Brasília por ser o epicentro do DF, de uma imagem bem mais satisfatória do que a atual. Outras miniprefeituras organi-

zadas são mais modestas nas suas perspectivas. As que foram criadas em Taguatinga, que incorporaram camadas populares de baixíssima renda, tinham como maior preocupação a satisfação de condições mínimas de existência.

Recentes declarações do novo governo do Distrito Federal, admitindo a possibilidade de criação da Administração Regional — imbutida na proposta de maior descentralização administrativa — responsável pelo Plano Piloto, animaram muito a prefeita da SQS 203, que acha interessante a existência de alguém preocupado em resolver os problemas do Plano Piloto. Rosane, mais cético, acha que um administrador deste tipo, que já vem sendo tratado como um prefeito, informalmente, só seria eficiente na resolução dos problemas se contasse com o apoio do Governo, ou pelo menos de órgão-chave dentro dele, como a Secretaria de Viação e Obras.

Até mesmo um órgão do Exército está estudando a possibilidade de criação de uma prefeitura militar, que possa intervir junto ao do governo local na resolução de problemas de quadras ou setores habitados por militares. Mas é apenas um projeto.